

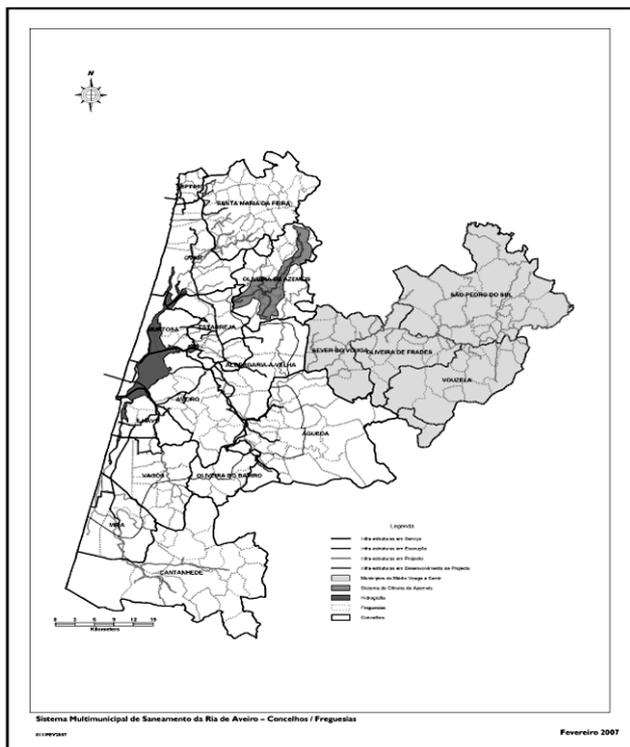
mento Regional, pelo despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e ao abrigo do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, com os fundamentos constantes da informação n.º 05/DSO/07, de 3 de Maio, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, declaro a utilidade pública das pesquisas, estudos e trabalhos tendo em vista a construção do sistema multimunicipal de saneamento da ria de Aveiro — ampliações ao Médio Vouga e a Oliveira de Azeméis.

Assim:

1 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º do supramencionado diploma, os proprietários, arrendatários ou a qualquer outro título possuidores dos terrenos acima mencionados ficam obrigados a consentir na sua ocupação e trânsito, na execução de escavações, assentamento de matérias, no desvio de águas superficiais e subterrâneas e vias de comunicação pela entidade beneficiária enquanto durarem as respectivas pesquisas, estudos e trabalhos.

2 — Os encargos com as indemnizações que sejam devidas, nos termos do disposto no § único do artigo 2.º do referido diploma, quando da utilização temporária resulte diminuição transitória ou permanente do seu rendimento efectivo, são da responsabilidade da sociedade SIMRIA — Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A.

8 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.



Despacho n.º 13 819/2007

Pretende a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez realizar a construção da ponte sobre o rio Vez e o

ANEXO

Curriculum vitae

Maria Isabel da Silva Palmeira Pires, técnica superior do quadro do Instituto da Conservação da Natureza.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia do Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em Setembro de 1985, com a média final de 14 valores;

Mestrado luso-brasileiro de Gestão e Políticas Ambientais, leccionado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa — parte escolar terminada em Janeiro de 2000.

Formação complementar:

Estágio, de seis meses, «Gestão do litoral — Restauração de praias e dunas» no Institut pour l'Aménagement du Territoire et Environnement, em Montpellier (França), entre 1 de Abril e 31 de Setembro de 1987;

Frequência do curso de formação em gestão pública (FORGEP) entre 8 de Janeiro e 30 de Março de 2007.

Experiência profissional:

Concepção do programa de acções para o Ano Europeu do Ambiente e coordenação do programa de comemorações do Dia Mundial do Ambiente de 1986, ao nível da Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 1986);

Técnica do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, em funções no Parque Natural da Ria Formosa entre 1 de Outubro de 1986 e 31 de Julho de 1988;

Assessoria da presidência do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza entre 1 de Agosto de 1988 e Junho de 1996;

Coordenadora da gestão da Reserva Natural do Paul do Boquilobo entre 7 de Novembro de 1988 e Julho de 1995;

Técnica da Divisão de Ordenamento e Avaliação de Áreas Protegidas do Instituto da Conservação da Natureza entre Junho e Novembro de 1996;

Destacamento para o Instituto de Promoção Ambiental, exercendo funções técnicas na comissão de acompanhamento da obra da nova travessia do Tejo em Lisboa para as questões de ordenamento do território entre 15 Novembro 1996 e 15 Novembro 1997;

Assessoria da presidência do Instituto da Conservação da Natureza entre 5 Janeiro 1998 e 14 Outubro 2001;

Técnica do Parque Natural da Ria Formosa entre 15 de Outubro de 2001 e 31 de Dezembro de 2002 e a partir de 28 de Junho de 2004;

Responsável pelo Parque Natural da Ria Formosa e pela Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António entre 1 de Janeiro de 2003 e 27 de Junho de 2004;

Técnica do Parque Natural da Ria Formosa entre 28 de Junho de 2004 e 25 de Dezembro de 2005;

Directora em substituição do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António entre 25 de Dezembro de 2005 e 30 de Abril de 2007.

Despacho n.º 13 821/2007

Em cumprimento do disposto do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que a licenciada Maria Helena Ribeiro Horta Ferreira Neves dos Santos possui os requisitos legais exigidos, bem como

capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Estudos, Formação e Cooperação Técnica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a licenciada Maria Helena Ribeiro Horta Ferreira Neves dos Santos, assessora principal, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação — Maria Helena Ribeiro Horta Ferreira Neves dos Santos.

Habilitação académica — licenciatura em Sociologia.

Actividade profissional:

Chefe de Divisão de Gestão de Pessoal e Apoio Técnico do Centro Regional de Segurança Social de Faro, de 29 de Novembro de 1991 a 30 de Agosto de 1993;

Chefe de Divisão do Departamento de Acção Social do Centro Regional de Segurança Social de Algarve, de 5 de Novembro de 1993 a 5 de Maio de 1998;

Chefe de Divisão de Estudos, Formação e Cooperação Técnica da Direcção Regional da Administração Local da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve, desde 1 de Março de 1999 até à presente data.

Despacho n.º 13 822/2007

Em cumprimento do disposto do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que a licenciada Maria de Fátima Batista Tendeiro Romana Coutinho possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Laboratórios da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a licenciada Maria de Fátima Batista Tendeiro Romana Coutinho, assessora principal, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.